



Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 06 a 10 de agosto de 2018.

1. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

[Violência contra mulher na política é tema de debate nesta tarde](#)

A Secretaria da Mulher e da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, promovem nesta tarde um debate sobre a violência contra a mulher na política.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

[Comissão especial vai analisar mudanças para aperfeiçoar o combate ao crime organizado](#)

Será instalada nesta tarde uma comissão especial para analisar o Projeto de Lei 10372/18, que modifica a legislação penal e processual penal para aperfeiçoar o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e de armas, e ao funcionamento de milícias privadas. A proposta foi elaborada por uma comissão de juristas, coordenada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O texto foi entregue à Casa em maio. Entre outros pontos, o projeto aumenta a pena máxima de prisão no Brasil de 30 para 40 anos e institui um regime disciplinar mais rígido nos presídios para integrantes de quadrilhas.

[Direitos Humanos debate perspectivas para políticas de desencarceramento no Brasil](#)

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias debate hoje as perspectivas para políticas de desencarceramento no Brasil. O debate atende a requerimento do deputado Luiz Couto (PT-PB), que destaca que o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo: mais de 300 mil pessoas estão presas em regime fechado, de acordo com dados do CNJ. “As políticas de encarceramento e aumento de pena se voltam, de regra, contra a população negra e pobre. No sistema penitenciário brasileiro são sistemáticas práticas de gravíssimas violações aos direitos humanos, notadamente a tortura, os tratamentos desumanos e degradantes e o homicídio”, afirma.

[Comissão especial sobre combate ao crime organizado será instalada hoje](#)

Está prevista para hoje a instalação de comissão especial para analisar o Projeto de Lei 10372/18, que modifica a legislação penal e processual penal, a fim de aperfeiçoar o combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas e de armas, e ao funcionamento de milícias privadas. O evento estava previsto para a tarde de ontem, mas foi adiado. O projeto foi elaborado por uma comissão de juristas, coordenada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O texto foi entregue à Casa em maio. Entre outros pontos, a proposta aumenta a pena máxima de prisão no Brasil de 30 para 40 anos e institui um regime disciplinar mais rígido nos presídios para integrantes de quadrilhas.



Publicada lei que cria cargos do gabinete de intervenção no Rio de Janeiro

O presidente da República vetou um dispositivo que tornava obrigatória a publicidade dos gastos no site do Ministério da Defesa. Foi publicada ontem a Lei 13.701/18, que cria cargos para o Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro. A nova lei tem origem na Medida Provisória 826/18, que foi aprovada no mês passado pela Câmara dos Deputados. O texto cria o cargo de interventor federal no Rio de Janeiro, que é ocupado pelo general Walter Souza Braga Netto, além de outros 66 cargos em comissão e funções comissionadas para o gabinete.

CCJ aprova pena maior para roubo com uso de armas brancas

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou, nesta quarta-feira (8), proposta que aumenta a pena para quem praticar o crime de roubo com o uso das chamadas armas brancas, ou seja, armas que não são de fogo, como facas e machados. O texto aprovado é o substitutivo apresentado pelo deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) ao Projeto de Lei 414/15, do deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

1.3 POLÍTICA

Projeto que permite controle de empresas aéreas nacionais por capital estrangeiro pode ser votado hoje

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar hoje projeto que aumenta a participação do capital estrangeiro em companhias aéreas (PL 2724/15). Essa proposta, que tramita em conjunto com o PL 7425/17, aumenta a participação estrangeira de 20% para 49%, com possibilidade de chegar a 100% com autorização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), do Ministério da Defesa e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o órgão do Ministério da Justiça que cuida da concentração do mercado.

Conselho de Ética cancela reunião por falta de quórum

Por falta de quórum, foi cancelada a reunião da tarde desta quarta-feira (8) em que seriam apresentados e votados, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, os pareceres preliminares dos processos disciplinares contra os deputados Nelson Meurer (PP-PR) e Laerte Bessa (PR-DF).

A próxima reunião do colegiado acontecerá na terça-feira (14).

Entidades apresentam novo pacote com 70 medidas de combate à corrupção

Ênfase desta vez é mais na prevenção do que na punição. Especialistas criticam uso eleitoral do tema. Uma coalizão de mais de 300 instituições brasileiras - entre elas, a Transparência Internacional - entregou nesta quarta-feira (8) à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara um pacote de 70 medidas contra a corrupção. As propostas são consideradas uma continuação do pacote de 10 medidas lançado em 2015 pelo Ministério Público Federal e que acabou não encontrando consenso no Congresso.

Proposta quer proibir o Judiciário de liberar candidato inelegível pela Lei da Ficha Limpa

A Câmara analisa o Projeto de Lei Complementar (PLP) 518/18, do deputado João Gualberto (PSDB-BA), que pretende proibir o Poder Judiciário de suspender, em caráter cautelar, 15 dos 17 casos de inelegibilidade, especialmente os decorrentes da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/10). O texto altera a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90).

1.4 DIREITO E JUSTIÇA / DIREITOS HUMANOS



PEC que permite a representante de município apresentar ADI será discutida nesta quarta

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 253/16 realiza audiência pública nesta quarta-feira (8) para discutir o texto com o autor da proposta, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O debate foi sugerido pelo relator da comissão, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), e já foi adiado quatro vezes. A PEC inclui as entidades de representação de municípios, de âmbito nacional, no rol de legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC).

Seminário no Paraná debate o fim do foro privilegiado

A comissão especial que analisa a proposta de emenda à Constituição que pretende extinguir o chamado foro privilegiado (PEC 333/17) discute o assunto nesta manhã em Londrina (PR). O foro privilegiado é o direito que a autoridade tem de ser julgada pelas instâncias superiores, seja o STF, ou o Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Embora deliberada pela Constituinte, a realidade se tornou contrária a pretendida: vemos a impunidade em processos por crimes graves", afirma o deputado Diego Garcia (Podemos-PR), que pediu a realização do seminário.

Comissão especial discute parecer sobre novo Código de Processo Penal

A comissão especial que analisa o novo Código de Processo Penal (PL 8045/10) reúne-se hoje para discutir o substitutivo apresentado pelo relator, deputado João Campos (PRB-GO). A análise do texto vem sendo adiada sucessivamente. Entre os principais pontos do substitutivo estão a confirmação da prisão dos réus condenados em segunda instância, o estímulo à cooperação do Brasil com outros países para investigar criminosos e a maior possibilidade de uso de mecanismos como as prisões temporárias e preventivas.

Debatedores defendem reforma do sistema penitenciário brasileiro

População carcerária aumentou 157% e isso não se refletiu em mais segurança para a população, diz pesquisadora. Participantes de audiência pública que debateu as perspectivas para políticas de desencarceramento no Brasil defenderam uma ampla reforma no sistema penitenciário. Parlamentares, juristas e representantes de movimentos sociais discutiram o tema na Comissão de Direitos Humanos e Minorias e também apontaram várias práticas de desrespeito à dignidade dos presos.

1.5 RELAÇÕES EXTERIORES

Parlamentares moçambicanos discutem segurança pública em visita à Câmara

A Câmara dos Deputados recebe ao longo desta terça-feira (7) a visita de quatro parlamentares moçambicanos que vieram ao Brasil trocar experiências e informações na área de segurança pública. Os deputados integram a Comissão de Defesa, Segurança e Ordem Pública da Assembleia de Moçambique e foram recebidos nesta manhã pelo deputado Márcio Marinho (PRB-BA), que é presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Moçambique.



Sete acordos internacionais estão na pauta do Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar hoje sete projetos que referendam acordos internacionais assinados pelo Brasil com diversas nações. Entre eles está o Projeto de Decreto Legislativo 379/16, que trata do Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e o governo de São Cristóvão e Névis – ilhas localizadas no Mar do Caribe. O acordo envolve a cooperação educacional e o desenvolvimento científico, por meio de intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e especialistas e da elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas.

Câmara aprova acordos com a Suécia, Coreia e Armênia

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (8) três acordos internacionais bilaterais firmados nas áreas de economia, educação e segurança de dados. Assinado com a Suécia, em 2014, o acordo na área de segurança de dados prevê proteção mútua de informações classificadas (sigilosas) trocadas entre os dois países. A ratificação do ajuste foi aprovada na forma do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 608/17. Pela proposta, ambos países se comprometem a proteger informações classificadas envolvendo instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre as partes, indivíduos credenciados e órgãos e entidades públicas e privadas. O governo brasileiro espera que as medidas de proteção de informações impulsionem parcerias comerciais e industriais.

1.6 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (13)

9h30

Liderança do Psol

Café da Manhã com parlamentares e movimentos sociais para discutir a instalação e os desdobramentos da CPI destinada a investigar o vazamento das bacias de rejeitos de mineração no município de Barcarena (PA).

Sala de reuniões da Liderança do Psol

13 horas

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

14 horas

Plenário

Sessão de debates.

Plenário Ulysses Guimarães

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública sobre o novo traçado da BR-158 no estado de Mato Grosso.

Foram convidados, entre outros, o diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit, Luiz Antônio Ehret Garcia; e o procurador da República em Barra do Garças (MT), Everton Pereira Aguiar.

Plenário 9

14h30

Comissão Especial da Política de Diminuição de Agrotóxicos (PL 6670/16)

Audiência pública sobre os bioinsumos no Brasil e políticas para o desenvolvimento do setor.

Foram convidados, entre outros, a coordenadora de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Tereza Saminês; a representante de controle biológico e recursos genéticos da Embrapa, Rose



Mnnerat; e o representante da empresa Hatten Agrícola, Celso Tomita.
Logo após heverá votação de requerimentos.

Plenário 13

14h30

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

14h30

Comissão Mista sobre a MP 836/18

Medida provisória que revoga incentivos ao setor petroquímico

Continuação da apreciação do relatório do deputado Eduardo Cury (PSDB-SP).

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

16h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Audiência pública sobre a importância da inovação nos tratamentos da esclerose múltipla para a melhoria da qualidade de vida dos pacientes.

Foram convidados, entre outros, os presidentes da associação Amigos Múltiplos pela Esclerose (Ame), Gustavo San Martin; e do Movimento dos Portadores de Esclerose Múltipla (Mopem), Cleuza Miguel.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 7

17 horas

Votações em Plenário

Entre os itens em pauta está o Projeto de Lei 6433/13, que permite ao delegado de polícia adotar medidas de urgência para proteger mulheres vítimas de agressão.

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (14)

9 horas

Votações em Plenário

Análise de propostas remanescentes do dia anterior e de medidas provisórias.

Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

9h30

Comissão de Defesa do Consumidor

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 8

9h30

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Votação de projetos.

Plenário 5

9h30

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 3



9h30

Comissão de Educação

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 2

9h30

Comissão de Minas e Energia

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 12

9h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 7

9h30

Comissão de Viação e Transportes

Audiência pública para discutir a situação atual dos contratos de concessões rodoviárias. Foram convidados, entre outros, o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Mario Rodrigues Júnior; e o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), César Borges.
Plenário 9

9h30

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 3

9h30

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 10

10 horas

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Apresentação, discussão e votação de parecer preliminar sobre processo contra o deputado Nelson Meurer (PP-PR).
Plenário a definir

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário a definir

10 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Votação de projetos.
Plenário 2

10 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 14

10 horas

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público



Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 12

10 horas

Comissão de Educação

Audiência pública para analisar e debater a Emenda Constitucional 95 (teto dos gastos) e o orçamento da Educação.

Foram convidados os ministros da Educação, Rossieli Soares; do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Esteves Colnago; e da Fazenda, Eduardo Guardia.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 2

10 horas

Comissão de Finanças e Tributação

Audiência pública para discutir o PLP 488/18, que determina que o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incidente sobre o uso de aplicativos para transporte individual de passageiros será devido ao município do local de embarque do passageiro, nos casos em que a viagem começa em uma cidade e termina em outra.

Foram convidados, entre outros, os presidentes da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais, Jurandir Gurgel Gondim Filho; da Confederação Nacional dos Municípios, Glademir Aroldi; e da Associação Brasileira de Municípios, Ary Vanazzi.

Plenário 4

10 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 16

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Audiência pública para debater o crédito fundiário.

Foram convidados, entre outros, o presidente do Incra, Leonardo Góes Silva; o coordenador de Assuntos Estratégicos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Joaci Franklin de Medeiros; e o secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Elias D'Angelo Borges.

Plenário 6

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 13

10h30

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Eleição para o cargo de 1º vice-presidente.

Plenário 10

11 horas

Comissão Especial sobre o Combate ao Crime Organizado (PL 10372/18)

Instalação e eleição do presidente e dos vice-presidentes.

Plenário a definir

11h15

Comissão de Viação e Transportes

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 9



12 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Votação de projetos.

Plenário 15

12 horas

Comissão de Cultura

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 10

14 horas

Comissão de Finanças e Tributação

Audiência pública para discutir a securitização de créditos e seus impactos na geração de dívida pública e na destinação de arrecadação tributária.

Foram convidados, entre outros, a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli; e o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), Achilles Linhares de Campos Frias.

Plenário a definir

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para debater os dados divulgados no Atlas da Violência 2018.

Foram convidados, entre outros, o ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha; a diretora do departamento de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde (Dantps), da Secretaria de Vigilância e Saúde, do Ministério da Saúde, Maria de Fátima Marinho de Souza; e a líder do Juventude Quilombola, Maria Taíres dos Santos.

Plenário a definir

14h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Seminário para discutir o Projeto de Lei 9001/17, que autoriza a prescrição da ozonioterapia em todo o território nacional.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 7

15 horas - Cancelada

Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Defesa do Consumidor

Audiência pública para debater a obsolescência programada em produtos fabricados pela indústria nacional (PL 7875/17).

Foram convidados, entre outros, os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade; da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea/Sinfavea), Antonio Megale; e da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato.

Plenário 5

15 horas

Comissão Mista sobre a MP 842/18

Medida provisória que anula renegociações de dívidas rurais.

Continuação da reunião de trabalho e apreciação do relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Plenário 2 da ala Nilo Coelho, no Senado

15 horas

Comissão de Cultura

Audiência pública, relativa ao 4º encontro "Expresso 168", sobre os aeroportos que decretam o fim das ações culturais internacionais no Brasil ao impor novas taxas alfandegárias.

Foram convidados, entre outros, o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac),



José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz; os presidentes do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Marcelo Mattos Araujo; e da Associação Nacional de Produtores Independentes de Artes Visuais, Ana Helena Curti.
Plenário 10

17 horas

Câmara dos Deputados

Lançamento nacional da campanha O Ideal é Real: Adoções Necessárias, evento promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Câmara dos Deputados.
Salão Nobre

QUARTA-FEIRA (15)

10 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Dia da Imigração Chinesa no Brasil.
Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Comissão de Finanças e Tributações

Votação de projetos e requerimentos.
Plenário 4

14 horas

Plenário

Sessão de debates.
Plenário Ulysses Guimarães

Link: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/561104-AGENDA-DA-SEMANA.html>

2. PODER LEGISLATIVO -

SENADO
FEDERAL



2.1 PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Comissão analisa projeto que garante recursos para bloqueadores de celular em presídios

Em reunião na quarta-feira (8), a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deve votar o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 285/2017, que destina recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para a instalação, custeio e manutenção de bloqueadores de celulares em presídios. A reunião tem início às 9h na sala 15 da ala Alexandre Costa. O substitutivo será votado em turno suplementar pela comissão. Se aprovado sem receber pedido para votação em Plenário, o texto segue diretamente para análise da Câmara dos Deputados.

O que fazer para melhorar a segurança pública

Quando assumir o cargo no início de 2019, o próximo Presidente da República terá como um de seus principais desafios responder com medidas concretas ao grave quadro da segurança pública. E, por força de leis aprovadas este ano, assumirá mais responsabilidades do que seus antecessores na chefia do Poder Executivo federal.



MPs sobre segurança e reivindicações de caminhoneiros estão na pauta do esforço concentrado do Congresso

Deputados e senadores voltam do recesso e já encontram na pauta 17 medidas provisórias. Entre as que devem ser analisadas durante as semanas de esforço concentrado antes das eleições estão a MP 840/2018, que cria cargos no Ministério da Segurança Pública, e a MP 841/2018, que destina recursos das loterias federais para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Algumas delas já chegam ao Senado trancando a pauta de votações.

Mulheres, menores, idosos e deficientes podem ter prioridade em exames de corpo de delito

Mulheres, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência podem passar a ter prioridade nos exames de corpo de delito. É o que determina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 35/2014, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira (8). O projeto segue para votação em Plenário. O autor do projeto, deputado Sandes Júnior (PP-GO), disse que pretende, com isso, reforçar o combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, já determinado pela Lei Maria da Penha. Para isso, altera o Código de Processo Penal (CPP).

Avança criação de frente parlamentar para segurança nas fronteiras

O Senado Federal poderá criar a Frente Parlamentar de Segurança Pública nas Fronteiras. A proposta partiu do senador Pedro Chaves (PRB-MS), via Projeto de Resolução do Senado (PRS 30/2018). O texto, aprovado nesta quarta-feira (8) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será examinado pela Comissão Diretora do Senado.

Senado aprova acordos internacionais sobre presos

O Senado aprovou nesta quarta-feira (8) três tratados sobre prisão, entrega e transferência de presos. Um dos acordos foi firmado por países membros do Mercosul e determina procedimentos de prisão e entrega de pessoas procuradas por crimes, tanto para que sejam processadas, quanto para a execução da pena. Os outros textos tratam da transferência de presos entre países. Os três projetos que confirmam os acordos seguem para promulgação.

Eunício promete pauta intensa no esforço concentrado do dia 28 de agosto

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, comemorou os resultados da primeira semana de esforço concentrado do Senado neste início do período eleitoral. Foram mais de 20 proposições aprovadas em duas sessões deliberativas, sendo quatro delas medidas provisórias. — Aprovamos diversas matérias importantes, como as medidas provisórias decorrentes do acordo com os caminhoneiros, e matérias de segurança e defesa do consumidor. Sairemos deste esforço concentrado para as campanhas, mas voltaremos no final do mês — afirmou.

Eunício faz balanço positivo do primeiro esforço concentrado

Os senadores votaram em dois dias o que talvez não conseguiram votar em um mês. Foram mais de 20 matérias importantes, avaliou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, em coletiva na manhã desta quinta-feira (9). Eunício destacou a aprovação do projeto de lei (PLC) 112/2014 para assegurar o atendimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social sem a necessidade de comprovação de residência. Ele citou ainda a aprovação do projeto (PLS) 186/2018, que proíbe as companhias aéreas de cobrarem valor adicional para marcação de assentos em voos operados no Brasil.

Reforma da Previdência será tema de audiência pública

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho fará uma audiência pública, nesta sexta-feira (10), com o tema *Reforma da Previdência, com foco na ameaça aos direitos dos brasileiros*. A



audiência pública, que começa a partir das a partir das 10h, foi requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA REVOGA LIMINAR QUE SUSPENDEU O PROVIMENTO DO TJTO QUE AUTORIZA A PMTO A LAVRAR TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA

Neste 1º de agosto de 2018 o Conselheiro Luciano Frota do CNJ - Conselho Nacional de Justiça que havia concedido Liminar suspendendo Provimento da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Tocantins, o qual autoriza os Juízes de Direito a receberem o TCO -Termo Circunstanciado de Ocorrência elaborado pela PMTO - Polícia Militar de Tocantins nos crimes de menor potencial ofensivo, após o pedido de reconsideração protocolado pela FENEME – Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (com participação também do CNCG – Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais PM/BM), o Conselheiro relator RECONSIDEROU sua decisão **REVOGANDO a referida Liminar outrora concedida, ACOLHENDO o pedido formulado pela FENEME**, restabelecendo, assim, os efeitos do Provimento da Corregedoria Geral de Justiça do TJTO.

NOTA TÉCNICA LEI 13.491/17 - POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

FENEME, através de Nota Técnica, esclarece pontos divergentes sobre a Lei 13.491/17 e suas consequência no âmbito e no exercício da Polícia Judiciária Militar.

FENEME PARTICIPA DE EVENTO ORGANIZADO PELA AMEPI EM TERESINA - PI

Com o apoio da FENEME a Associação de Oficiais Militares Estaduais do Piauí - AMEPI realizou no dia 08 de agosto de 2018 o I Fórum Estadual sobre o TCO, que contou com palestra do Coronel PMESP Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos e Advogado da FENEME, sobre a respeito da competência da PM para lavrar TCO e do Coronel PMSC Marcello Martinez Hipólito, Assessor Institucional da Presidência da FENEME, sobre a experiência da Polícia Militar de Santa Catarina na elaboração do TCO.

NOTÍCIAS DE BRASÍLIA

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: <https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme>

Twitter: <https://twitter.com/realfeneme>

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 13 de agosto de 2018.



OUTRAS INFORMACOES RELEVANTES E ESTRATEGICAS PARA A FENEME NO AMBITOS DOS PODERES, ORGAOS E INSTITUICOES, ESTAO SENDO REPASSADAS VIA RELATORIOS E COMUNICACOES COMPLEMENTARES AO PRESIDENTE DA ENTIDADE, PARA OS ENCAMINHAMENTOS NECESSARIOS.